

Tecnologia permite acesso de deficientes visuais a processos do STJ

O acesso de pessoas com deficiência ao mundo digital é um desafio. Atualmente, existem aplicativos que oferecem suporte a pessoas com vários tipos de deficiência, facilitando bastante a rotina desses grupos. Na semana em que se comemora o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (21 de setembro), o Superior Tribunal de Justiça coloca ao alcance dos servidores, advogados e demais operadores do direito com deficiência visual a possibilidade de acessar 100% das peças processuais de seu acervo, graças à utilização de *softwares* baseados em OCR (Optical Character Recognition).

Reprodução/pxhere



pxhere Tecnologia permite acesso integral de deficientes visuais aos processos do STJ

A ministra Nancy Andrigli, que preside a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, lembra que aqueles que estão no poder têm o dever de criar caminhos para proporcionar a igualdade de participação das pessoas com deficiência na vida em sociedade. "É um dever de todos nós, mas, principalmente, do STJ, que ousa usar o codinome de Tribunal da Cidadania", afirma a magistrada.

De acordo com o secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do STJ, Rodrigo Carvalho, os *softwares* de OCR (em português, Reconhecedores Óticos de Caracteres) são capazes de transformar uma imagem de texto em texto digital, permitindo que aplicativos leitores de tela transmitam o conteúdo digitalizado em voz sintetizada. "Sem o programa, seria muito difícil, para quem vive essa situação, ler o que está em uma imagem. Desde 2009, o STJ se preocupa com esse procedimento. Hoje, 100% das peças do tribunal estão adaptadas ao OCR", afirmou.

Como funciona?

Os processos físicos, recursais ou originários que chegam ao STJ são digitalizados. O assessor de Inteligência Artificial do tribunal Luiz Anísio explica que digitalizar nada mais é do que tirar uma "foto" das páginas do processo por meio de um escâner. Com isso, as páginas dos autos se transformam em imagens, que contêm pixels (pixel é o menor ponto que forma uma imagem digital). Apesar de enxergarmos a ortografia do item digitalizado, ainda não existe um "formato texto" propriamente dito.

"O computador não tem a mínima ideia do que está escrito ali. O trabalho do OCR é mapear e fazer o reconhecimento ótico dos caracteres, identificando que letra está escrita em cada lugar. Depois disso, o programa cria uma espécie de película 'invisível' de texto sobre a imagem. Assim, o usuário consegue



pesquisar as páginas como se estivesse em um PDF de texto", detalha o servidor. Após o OCR converter a imagem em texto, o deficiente visual terá condições de utilizar os aplicativos de leitura de tela em voz alta.

Autonomia e independência

A coordenadora da área de Acessibilidade e Inclusão, Simone Pinheiro Machado, lembra que, hoje, existem diversas ferramentas de apoio às pessoas com deficiência no STJ, entre elas, as janelas de Libras, o suporte a advogados com deficiência nos pedidos de sustentação oral, os leitores de OCR, as ferramentas digitais com recursos de audiodescrição, como o navegador Edge, os PowerPoints com legendas em tempo real e as instruções para atendimento de advogados com limitações físicas.

"Precisamos trabalhar sempre em direção aos princípios fundamentais da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e da Resolução do Conselho Nacional de Justiça, ou seja, proporcionando a essas pessoas autonomia, segurança e independência", observa Simone. *Com informações da assessoria de imprensa do STJ.*

Date Created

25/09/2020